



SENTIDOS PRODUZIDOS PELO JORNAL O GLOBO SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO EM 2017

CARLOS EDUARDO ABBUD HANNA ROQUE; IGOR LACERDA

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os sentidos produzidos por reportagens do jornal O Globo, publicadas em 2017, sobre as pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro. O referido ano foi escolhido por ser posterior aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, período em que a cidade passou por um processo de “revitalização” com o intuito de atrair o mercado internacional. No entanto, houve negligência em relação às experiências e culturas dos moradores mais pobres, incluindo aqueles que vivem em favelas, periferias, pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes. Para analisar essas matérias jornalísticas, foi utilizada a análise de narrativas, um método qualitativo, interpretativo e dialógico que visa descrever eventos da vida social e explorar os significados atribuídos pelos sujeitos ao narrá-los. Em conclusão, foi constatado que o jornal O Globo careceu de abordagens críticas e humanizadas em relação à situação de rua, não oferecendo aos leitores uma análise aprofundada das causas e consequências da exclusão social. Acreditamos que somente por meio de esforços conjuntos envolvendo a mídia, governos e sociedade será possível avançar em direção a uma sociedade mais igualitária e solidária, na qual todos tenham acesso aos direitos fundamentais e à dignidade.

Palavras-chave: Narrativas jornalísticas; Pessoas em situação de rua; Saúde Pública; Assistência Social; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2017 e 2019, durante meu período de formação profissional, participei de um programa de residência médica em medicina de família e comunidade na cidade do Rio de Janeiro. Durante esse período, tive a oportunidade de realizar um estágio opcional em 2018, onde decidi acompanhar a equipe do Consultório na Rua (CnaR) de Manguinhos, localizado na Zona Norte do Rio, mais especificamente na Área de Planejamento 3.1. Essa região apresentava uma alta concentração de pessoas em situação de rua. Minha motivação para escolher o estágio no CnaR surgiu de uma experiência profissional anterior. Após concluir minha graduação em medicina, assumi como médico em uma equipe de uma Clínica da Família no Rio de Janeiro. Essa unidade de saúde abrangia uma área onde havia pessoas em situação de rua. Percebi que, em algumas ocasiões em que essa população procurava a unidade de saúde, alguns profissionais apresentavam restrições em atendê-los, sentindo-se desconfortáveis com a presença desses indivíduos e acreditando que a responsabilidade cabia ao CnaR. No entanto, é importante ressaltar que o CnaR é uma parte integrante do território que tem como objetivo oferecer suporte às unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) no acompanhamento e cuidado da população



em situação de rua. As Clínicas da Família e os Centros Municipais de Saúde são responsáveis por todos os residentes do território, incluindo aqueles em situação de rua.

Durante meu estágio no Consultório na Rua de Manguinhos, fui inserido na rotina da equipe e participei ativamente das atividades diárias, interagindo com os profissionais. Tive a oportunidade de presenciar o acolhimento de vários pacientes em situação de rua, tanto em consultas no consultório como em atividades de campo e situações relacionadas ao uso de drogas. Os atendimentos ambulatoriais do CnaR ocorriam em um consultório fixado em uma Clínica da Família. No decorrer desse período, encontrei casos frequentes de pessoas em situação de rua com diagnóstico de tuberculose pulmonar, infecção pelo vírus HIV, transtornos mentais e uso de álcool e drogas. Além disso, era comum que essa população procurasse a equipe com queixas de lesões e infecções de pele, cefaléia, dores articulares e ferimentos resultantes de agressões.

Durante essas interações, a questão da violência era uma realidade frequente, manifestando-se em diversas formas e contextos. Foi possível perceber como os profissionais dessa equipe multiprofissional compreendiam, abordavam e valorizavam os relatos de casos de violência vivenciados pelas pessoas em situação de rua. As narrativas revelavam situações de violência autoprovocada, agressões físicas entre os próprios indivíduos em situação de rua, agressões físicas praticadas por transeuntes e ações de agentes de segurança. Além disso, a violência psicológica e moral também estava presente, por meio de rejeição, discriminação e falta de respeito, afetando negativamente a autoestima e a identidade dessas pessoas.

Com base na minha experiência profissional, surgiu o seguinte problema de pesquisa: como o jornal O Globo, um dos jornais mais lidos no Rio de Janeiro, contribuiu para os casos de violência enfrentados por esse grupo específico, especialmente em termos de violência psicológica e moral? Como Resende e Mendonça (2019) argumentaram, a forma como a linguagem é usada pelo jornalismo tem consequências reais, podendo impactar a compreensão dos leitores sobre o mundo, suas crenças e suas ações. Acreditamos que o jornalismo, especialmente o jornal O Globo, retrata a situação de rua de forma preconceituosa, o que pode levar à desumanização dessa população devido à ampla divulgação dessas narrativas. Além disso, notamos que as histórias contadas por esse jornal ignoram as necessidades das pessoas em situação de rua, ao mesmo tempo em que dão destaque às opiniões de agentes de segurança, membros da classe média e empresários que se sentem incomodados com a presença desses sujeitos em seus bairros ricos.

O objetivo deste estudo é analisar como as pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro foram retratadas em reportagens do jornal O Globo em 2017, após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Durante a preparação para esses eventos, a cidade passou por um processo de "revitalização" com o objetivo de atrair o mercado internacional, mas não levou em consideração as experiências e culturas dos moradores mais pobres, como aqueles que vivem em favelas, periferias, pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes, como esclarece Fortuna (2016). Como resultado, comunidades foram removidas, pessoas em situação de rua foram afastadas das áreas turísticas e os vendedores ambulantes foram perseguidos por supostamente "poluir" e "desorganizar" a cidade. Esse modelo de cidade neoliberal ignora o aspecto democrático do espaço urbano, priorizando a competitividade e o lucro em detrimento de propostas populares, filosóficas e utópicas. Aqueles que se rebelam contra essa forma de gestão são reprimidos, pois um consenso autoritário e antidemocrático é fundamental para o sucesso desse projeto urbano. Sem esse consenso, o plano estratégico não pode ser alcançado,



pois depende de uma cidade unificada e sem críticas. Esse consenso se reflete no conteúdo da mídia e do governo, que retratam a metrópole como uma entidade única e uniforme que compete, deseja e necessita da “revitalização” urbana nos moldes neoliberais, conforme destacado por Vainer (2013).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O jornal O Globo apresenta edições diárias, tanto impressas quanto digitais, além de conservar e disponibilizar seus registros através do Acervo digital, acessível pelo site <https://acervo.oglobo.globo.com/>. O Acervo possui um sistema de filtro de reportagens. Serão analisadas as reportagens do Jornal O Globo do ano de 2017, obtidas através do acervo disponibilizado pelo jornal, utilizando somente o termo de busca “morador de rua”, pois foi o mais frequentemente empregado naquele período (ROQUE, 2021). O jornal também usou, com menos frequência, termos como “mendigo”, “população de rua” e “população em situação de rua”, sendo este último o mais adequado para descrever esse grupo heterogêneo que utiliza as ruas como espaço de sobrevivência e moradia, submetidos a um processo de exclusão social caracterizado pela pobreza e falta de pertencimento social, segundo Costa (2005).

Das narrativas sobre “moradores de rua”, selecionamos aquelas que tratavam de segurança pública, assistência social, habitação, trabalho e lazer/cultura, que são objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2019). Foram escolhidas seis reportagens sobre esses temas, especialmente aquelas que deram origem a notícias sobre os desdobramentos do caso, que são as seguintes: “População de rua: igrejas poderão ajudar” de 01/01/2017 (assistência social); “Medo no fim do túnel” de 21 de abril de 2017 (segurança pública); “Esperança sobre quatro rodas para crianças de rua” de 23 de abril de 2017 (lazer e cultura); “Para debaixo do papelão” de 07 de agosto de 2017 (habitação); e “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina” de 5 de novembro de 2017 (trabalho).

Para analisar criticamente essas seis reportagens, adotaremos a metodologia de análise de narrativas. Conforme destacado por Bastos e Biar (2015), a narrativa envolve a prática de contar histórias em contextos cotidianos e situações aparentemente espontâneas, como é o caso do jornalismo. Portanto, trata-se de um método qualitativo, interpretativo e dialógico, que busca descrever eventos da vida social e explorar os significados que os sujeitos atribuem ao narrá-los. Segundo as autoras, a análise de narrativas é uma ferramenta que permite o diálogo entre diversas áreas do conhecimento, investigando as falas de diferentes atores sociais em variados contextos. Ela ressalta a compreensão da narrativa como uma prática social que constitui a realidade e destaca os processos de resistência e reformulação de significados ao longo do curso histórico. De acordo com Spink (2010), consideramos a produção de significados por meio da narrativa como um processo interativo, uma vez que não é possível atribuir sentido individualmente. “O sentido é sempre interativo: as declarações de uma pessoa estão sempre em contato ou são dirigidas a outra pessoa, e esses direcionamentos se influenciam mutuamente” (SPINK, 2010, p. 35).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ano de 2017 teve início com uma reportagem relevante sobre a população em situação de rua. No dia primeiro de janeiro, o jornal O Globo divulgou a equipe de secretários que atuaria



no governo do prefeito eleito Marcelo Crivella (PRB). A partir de uma entrevista com a secretária municipal de Assistência Social, Teresa Bergher, foi publicada a reportagem intitulada “População de rua: igrejas poderão ajudar”, na qual a secretária defende a ideia de estabelecer parcerias com instituições religiosas para cuidar dessa população. Teresa Bergher acredita que um dos principais desafios de sua pasta é levar equipes de saúde e assistência social para atuar nas áreas conhecidas como “cracolândias”. Ela enfatiza que sua intenção não é recolher a população em situação de rua, mas acolhê-la. Em suas palavras: “Imagine se cada instituição [religiosa] abrisse suas portas para que as pessoas que vivem nas ruas pudessem tomar banho, fazer uma refeição e ter um local para dormir, pelo menos inicialmente? Atuando em parceria, as equipes da prefeitura poderiam identificar e acompanhar cada indivíduo, buscando integrá-los às suas famílias e à sociedade”.

A secretária de assistência social também expressa seu interesse em estabelecer parcerias com a secretaria municipal de saúde, pois destaca que uma grande parcela da população em situação de rua é composta por indivíduos doentes e dependentes químicos. Ela deseja garantir que essas pessoas recebam atendimento adequado nas unidades de saúde e assistência social, afirmando: “quem está sujo, maltrapilho, acaba não sendo atendido ou entra no fim da fila”. O discurso da secretária reflete um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), que envolve a criação de mecanismos de articulação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para aprimorar a oferta de serviços. Em relação à participação de entidades não governamentais de assistência social na rede socioassistencial, conforme diretrizes do SUAS, os serviços, programas e projetos voltados para o atendimento de famílias e indivíduos podem ser executados em parceria com órgãos públicos.

Uma experiência significativa decorrente da parceria com uma entidade não governamental no âmbito da rede socioassistencial foi ilustrada pela reportagem veiculada em 23 de abril de 2017, intitulada “Esperança sobre quatro rodas para crianças de rua”. Nessa matéria, destacou-se a iniciativa do projeto Passaporte da Cidadania, promovido pela Pastoral do Menor, que tinha como objetivo atender jovens em situação de rua e suas famílias. O projeto operava por meio de um ônibus itinerante que percorria a cidade em busca desses jovens. Durante um período de três anos, o programa alcançou resultados significativos, viabilizando a emissão de documentos, o encaminhamento para a escola, a reintegração familiar e a oferta de atividades culturais a aproximadamente 1.600 menores de idade, sendo a maioria desses jovens residentes das ruas. Um dos depoimentos emocionantes foi o de uma jovem que foi favorecida pelo Passaporte da Cidadania. Ela relatou que foi por meio desse projeto que conseguiu se matricular na escola e encontrou apoio para cuidar de seus irmãos mais novos. Em suas próprias palavras: “Fugi de casa e passei quatro anos nas ruas. Quando retornei, minha mãe havia sido presa, e só sabemos que ela está em Bangu. Fiquei sozinha com meus dois irmãos. Eu cozinho, os levo para a escola, os ajudo a tomar banho. De tempos em tempos, recebemos uma cesta básica, mas, se não fosse a equipe do ônibus, não saberíamos o que fazer”.

Já no dia 21 de abril de 2017, o jornal O Globo veiculou a matéria intitulada “Medo no fim do túnel”, que abordou a precária conservação dos túneis no Rio de Janeiro, especialmente os localizados na Zona Sul, e como eles poderiam gerar medo entre os frequentadores da cidade. O sentimento de temor não era causado apenas pelas condições deploráveis, como “penumbra”, “fuligem” e “infiltrações”, mas também pelos supostos atos de violência que ocorriam nesses locais, mesmo nos túneis mais bem iluminados e monitorados. De acordo com o periódico, os



túneis mais problemáticos eram o João Ricardo, situado na Central do Brasil, e o Noel Rosa, entre os bairros de Vila Isabel e Riachuelo. Apesar de terem passado por reformas em 2017, com a instalação de grades entre as passagens de pedestres e as faixas de rolamento, eles continuavam sendo fonte de medo, como relatado na reportagem. Para exemplificar o motivo desse temor, um gari responsável pela limpeza desses túneis há aproximadamente oito anos foi entrevistado. Ele afirmou: "Não há um dia em que eu não ache uma faca ou um pedaço de pau que os cracudos usam para assaltar pedestres e motoristas". Embora os objetos encontrados pelo gari pudessem pertencer a qualquer pessoa, o jornal estabeleceu uma associação entre os moradores de rua e os usuários de drogas, responsabilizando-os por crimes.

Foi possível observar uma clara tentativa de estabelecer uma conexão entre a condição precária dos túneis e a sensação de insegurança que eles geravam, devido à presença frequente de moradores de rua no local. Nesse contexto, o medo não era apenas resultado da escuridão, da falta de infraestrutura e da presença de água suja escorrendo pelas paredes, mas também da existência de pessoas capazes de sobreviver nesse ambiente de sujeira. Além disso, muitas vezes esses indivíduos eram apontados como responsáveis por crimes, mesmo sem haver provas contra eles. Isso ficou evidente no seguinte trecho: "há refletores apagados e, na passagem de pedestres, é preciso ter cuidado para não pisar em fezes humanas. Ontem à tarde, dois rapazes trocavam de roupa dentro do túnel. – Já roubaram meu celular ali (...)", lamentou um morador entrevistado pelo jornal. Na matéria, houve um apelo pela presença constante da Polícia Militar nas ruas, com o intuito de reprimir os supostos causadores da sujeira. No entanto, segundo autoridades responsáveis pela PM, conforme citado no texto, "a escassa iluminação nas entradas, nas saídas e no interior dos túneis, bem como a localização geográfica desses locais, com áreas de mata ao redor, são elementos que facilitam ações de criminosos".

A reportagem intitulada "Para debaixo do papelão", publicada pelo O Globo em 8 de agosto de 2017, continuou a estabelecer conexões entre pessoas em situação de rua e temas como violência, medo e sujeira. O texto esclarece que "um dos problemas sociais mais evidentes do Rio está nas calçadas, coberto por papelão, à vista de todos. Mas nem todos querem ver, muito menos de perto. Até mesmo as autoridades têm fechado os olhos". É interessante notar que, logo no início da matéria, o jornal retratou as pessoas em situação de rua como um problema a ser resolvido na cidade, um incômodo que merece ser ignorado pelos cariocas e, especialmente, pelo Estado. Curiosamente, essa menção ao Estado é a única no texto, revelando a falta de problematização em relação ao não cumprimento dos deveres dos governos estadual, municipal e federal para com essa parcela da população.

Ao longo do texto, são descritas as medidas adotadas por proprietários de grandes empreendimentos para afastar aqueles que o jornal retrata como indesejáveis: "arame farpado, tapumes, grades, creolina, ameaças e agressões são alguns dos métodos utilizados por comerciantes e moradores de condomínios para evitar que adultos, jovens e crianças durmam em suas portas". Foi mencionado o caso do Edifício Roxy, localizado em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, que é administrado pelo Grupo Severiano Ribeiro (Kinoplex) e que instalou uma espécie de chuveirinho na marquise para afastar os moradores de rua. A reportagem ignorou o pronunciamento da assessoria do Grupo Severiano Ribeiro, que afirmou ter instalado o equipamento para irrigação de um suposto canteiro. O síndico do edifício, ouvido pela reportagem, mencionou que o dispositivo tinha a finalidade de jogar água em um jardim que ainda seria construído, sem fornecer mais detalhes sobre o andamento desse projeto: "enquanto o jardim não chega, vamos usar para lavar a calçada, porque os moradores de rua,



quando saem daqui, deixam lixo, fezes e urina. O mau cheiro é incômodo. Não instalamos isso para afetar as pessoas". Mais uma vez, por meio da seleção e da falta de problematização dessa declaração, o jornal reforça a representação das pessoas em situação de rua como sujas e representando um risco aos residentes do bairro, por deixarem seus resíduos expostos nas calçadas públicas.

Seguindo esse mesmo sentido, no dia 5 de novembro de 2017, foi publicada a matéria intitulada "Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina" pelo jornal, buscando retratar o cotidiano das pessoas que viviam nas calçadas, supostamente esquecidas pelas autoridades. Esse grupo incluía moradores de rua, camelôs irregulares e usuários de drogas. O enfoque principal da reportagem era nos trabalhadores que possuíam residência e apoio familiar, porém, devido à distância entre suas casas e seus locais de trabalho, eles acabavam formando aglomerados urbanos no espaço público como uma forma temporária de moradia. Dessa forma, eles se estabeleciam nas calçadas com o objetivo de economizar o dinheiro que seria gasto com transporte (quando esse valor era disponibilizado a eles, o que não ocorria com todos), pois ao estarem mais próximos de seus empregos, poderiam levar para casa uma quantia maior de dinheiro.

Na matéria, é possível observar a representação desses grupos como perturbadores da ordem urbana, como aqueles que trazem consigo uma sensação de caos para a cidade. O texto claramente clama por mais ordem e higiene no espaço, negligenciando completamente as responsabilidades do Estado em lidar com as questões que envolvem esses indivíduos. Além disso, não há problematização das relações entre os trabalhadores e seus empregadores, que muitas vezes desconhecem por completo a realidade enfrentada por seus funcionários e, consequentemente, não fornecem condições básicas para que eles possam desempenhar suas funções com dignidade. Abaixo, são destacados trechos iniciais da matéria que reforçam a importância de uma cidade mais ordenada e higiênica, ao mesmo tempo em que amplificam a percepção de bagunça atribuída a esses indivíduos.

4 CONCLUSÃO

Este estudo revelou que a abordagem adotada pelo jornal O Globo em relação às pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro apresenta falhas em termos de uma visão crítica e humanizada. Em vez de analisar as causas estruturais e os desafios enfrentados por essa população, os textos tendem a perpetuar estereótipos negativos e a culpabilizá-la pelos problemas sociais. A associação simplista entre a presença de moradores de rua e a sensação de insegurança revela uma falta de compreensão das complexas dinâmicas que envolvem a criminalidade urbana. Ademais, ao retratar essas pessoas como meros incômodos, negligencia-se o papel do Estado em proporcionar alternativas de moradia digna e políticas efetivas de inclusão social.

Uma lacuna observada nas reportagens mencionadas é a falta de uma abordagem adequada das condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores que dormem nas calçadas. Em vez de aprofundar a análise das relações de exploração e fragilidade frequentemente presentes nesse contexto, os textos apenas reforçam sentidos de caos e desordem, contribuindo para a perpetuação de uma narrativa que negligencia as injustiças sociais inerentes a essas situações. Diante dessa realidade complexa, é imprescindível que o debate sobre a população



em situação de rua seja enriquecido com uma perspectiva que busque a transformação social e a implementação de soluções justas, inclusivas e participativas.

Nesse sentido, é urgente que o jornal assuma uma postura mais responsável e crítica ao abordar as questões que envolvem as pessoas em situação de rua. É necessário dar voz a essas pessoas, ouvir suas histórias e necessidades, e estar atento às causas estruturais que contribuem para sua exclusão social. Além disso, é fundamental pressionar as autoridades para a implementação de políticas públicas efetivas que visem à proteção e reintegração dessa população. Isso implica garantir-lhes acesso a moradia digna, assistência social, saúde e oportunidades de trabalho e lazer, a fim de promover sua inclusão plena na sociedade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, L.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 31, n. 01, p. 97-126, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**.

COSTA, A. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, Porto Alegre – RS, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

FORTUNA, V. “Rio do Porto Maravilha”, **Rio de Sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RESENDE, V.; MENDONÇA, D. População em situação de rua e políticas públicas: representações da Folha de São Paulo. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 35, n. 4. p. 01-28, 2019.

ROQUE, C. **Criminosos, carentes ou doentes? Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SPINK, M. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis. Editora Vozes. 2013.